

TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO**

1.1. Contratação, por Sistema de Registro de Preço (SRP), de empresa especializada em fornecimento de licenças anuais para acesso a bases de conhecimento de pesquisas em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), aconselhamento imparcial em TIC, serviços de análise especializados em TIC e serviços complementares de apoio a consulta, interpretação e aplicação das informações contidas nas referidas bases, contemplado pelos itens abaixo discriminados a serem executados de forma continuada pelo período de 12 (doze) meses e em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência.

1.2. A licitação será dividida em 1 (um) lote e mais 3 (três) itens, conforme tabela a seguir:

Entrega	Atuação	Tipo da Licença	Detalhamento	Unidade
Lote 1	Estratégica	1	Tipo 1 - Licença de apoio e aconselhamento para um usuário executivo titular de TIC , incluindo acesso a um conselheiro executivo , acesso a analistas e a bases de conhecimentos sobre aspectos estratégicos de TIC e sobre o relacionamento entre TIC e o negócio, bem como às bases de conhecimento destinadas ao nível de atuação gerencial, conforme descrito neste TR.	Subscrição
		3	Tipo 3 - Licença de apoio e aconselhamento para um usuário executivo substituto/adjunto do executivo titular , incluindo acesso a um conselheiro executivo , a analistas e a bases de conhecimento sobre aspectos estratégicos de TIC e sobre o relacionamento entre TIC e negócio, bem	

			como às bases de conhecimento destinadas ao nível de atuação gerencial.	
Item 1	Estratégica	2	Tipo 2 - Licença de apoio e aconselhamento para um usuário executivo ou líder de TIC , incluindo acesso a um conselheiro especialista analista e a bases de conhecimento sobre aspectos estratégicos de TIC e sobre o relacionamento entre TIC e negócio, bem como às bases de conhecimento destinadas ao nível de atuação gerencial, conforme descrito neste TR.	
Item 2	Gerencial	4	Tipo 4 - Licença de apoio e aconselhamento para um usuário gestor intermediário de TIC , incluindo acesso a analistas e a bases de conhecimento sobre histórico, situação atual e tendências de adoção e evolução de práticas de gestão, tecnologias, produtos e fornecedores na área de TIC, conforme descrito neste TR.	
Item 3	Arquitetura Tecnológica	5	Tipo 5- Licença de apoio e aconselhamento para usuários, incluindo acesso a analistas e a bases de conhecimento sobre características técnicas referentes à implementação de produtos e tecnologias nos diversos segmentos da área de tecnologia da informação e Comunicação (TIC), conforme descrito neste TR.	

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.1.O mercado de Tecnologia da Informação – TIC é marcado pela evolução contínua, pela mudança de padrões e, conseqüentemente, pela incerteza do futuro. Nesse cenário, os gestores de Tecnologia da Informação são constantemente chamados a tomar decisões estratégicas em curto prazo, baseados nas suas experiências e discernimento pessoais, em informações esparsas oriundas da internet, ou informações advindas dos fornecedores que comprometem a imparcialidade das análises.
- 2.1.2.Nesse sentido, a diversidade de informações, muitas vezes contraditórias ou infundadas sobre tecnologia, torna necessária a identificação de fontes confiáveis para a obtenção e seleção dessas informações, bem como de ferramentas e técnicas que permitam sua efetiva utilização e que habilitem os gestores de Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC a transformá-las em conhecimento para a tomada de decisões.
- 2.1.3.O apoio de empresas especializadas em pesquisa, análise, indexação e disponibilização de informações de suporte à tomada de decisões estratégicas em TIC pode fornecer o apoio necessário aos gestores para reduzir o nível de incerteza e o risco dessas decisões, por meio de fontes confiáveis de informação, bem como de ferramentas, técnicas e metodologias para sua compreensão e utilização.
- 2.1.4.Em relação aos serviços de aconselhamento imparcial em TIC, é recomendável sua contratação para subsidiar os trabalhos de prospecção e definição de soluções nos diversos segmentos tecnológicos, objeto do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC deste Ministério. Com esta contratação, os gestores e técnicos em TIC podem encurtar o processo de escolha e decisão de adoção das tecnologias por meio de consultas às bases de conhecimento, as quais revelam para que são destinadas, onde devem ser empregadas, quais benefícios apresentam e em quais situações devem ser utilizadas. Além disso, pode-se fazer o monitoramento do ciclo de amadurecimento das tecnologias, indicando quando elas estarão no seu estágio de menor risco para sua adoção, podendo assim evitar tecnologias com grande grau de imaturidade, minimizando os riscos e os desafios que comumente são traduzidos em atrasos e aumento de custo na sua implantação.
- 2.1.5.Outro benefício é reduzir aquisições equivocadas por critérios secundários e impróprios. A base de conhecimento oferece pesquisas dos principais critérios de seleção e escolha de produtos e fornecedores junto à sua base de clientes que já utilizam tais produtos. A identificação da maturidade das tecnologias e produtos

previne a adoção de tecnologias e aquisições de produtos em fase final do seu ciclo de vida. Tecnologias e produtos em fase final de vida possuem pequeno horizonte de fornecimento de suporte, manutenção e atualizações e ocasionam a necessidade de substituição antecipada, resultando em gastos extraordinários evitáveis. Além disso, os benefícios esperados na redução dos riscos de seleção e escolha de tecnologias e na redução do tempo das decisões em TIC propiciarão, em última instância, um aumento da eficiência dos serviços prestados e uma economia à União.

2.1.6. Outros fatores importantes que justificam essa contratação são:

2.1.6.1. A busca da melhoria na qualidade dos serviços prestados à sociedade, estruturado e qualificado, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento com o uso intensivo de tecnologia e do contínuo e adequado investimento no ambiente tecnológico;

2.1.6.2. A busca pela adoção de tecnologias abertas, novos padrões e protocolos de aceitação ampla, preservando a independência e autonomia dos sistemas provedores de informação, bem como automatizar processos críticos de negócio; e

2.1.6.3. Subsidiar os gestores com informações, estudos, análises, estudos sobre posicionamento de mercado de tecnologia da informação para tornar, cada vez mais, qualificadas suas tomadas de decisões, sempre levando em consideração o aspecto da imparcialidade das informações.

2.1.7. Por fim, entende-se que a contratação em tela proporcionará, de modo gerenciável, a plena administração de informações tempestivas e de grande relevância ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP por meio do atendimento às necessidades institucionais de TIC sem sobrecarga de sua atual força de trabalho, além de garantir, em princípio, uma maior economicidade pelo processo proposto de licitação (SRP) consequência de ganho em escala que se estabelecerá.

2.2. AGRUPAMENTO DOS ITENS DA SOLUÇÃO DE TIC

2.2.1. As licenças deverão ser adquiridas de forma independente umas das outras, tendo em vista que as licenças são complementares entre si e possuem características distintas, de acordo com a atuação (estratégica, gerencial ou arquitetura tecnológica), ou seja, a não contratação de uma delas não prejudica a contratação das demais, dependendo da necessidade de negócio da área requisitante.

2.2.2. As licenças deverão ser adquiridas na composição de itens individuais, exceto a contratação do Tipo 3, tendo em vista que o fornecimento dessa licença está condicionada a contratação de pelo menos uma licença do Tipo 1, logo essas licenças estão agrupadas em um lote.

2.3. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO (SRP)

2.3.1. As compras por Sistema de Registro de Preços (SRP), previstas no inciso II do artigo 15 da Lei nº 8.666/83, são reguladas pelo Decreto nº 7.892/13 que estabelece os procedimentos necessários para o processamento de aquisições e contratações por meio desse Sistema.

2.3.2. Nesta seção estarão contidas todas as informações necessárias ao enquadramento deste TR na modalidade de SRP, bem como as demais providências estabelecidas nas normas para a sua correta aplicação.

2.3.2.1. Hipóteses de adoção do SRP (Art. 3º do Decreto nº 7.892/13)

2.3.2.1.1. O processo de contratação em tela, previsto para o atendimento das necessidades institucionais do MP, encontrou, pelas suas características, aderência a necessidades de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) de outras instituições da Administração Pública Federal (APF), mormente no contexto das organizações: Advocacia Geral da União – AGU e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV.

2.3.2.1.2. Nessa esteira, foram estabelecidos os contatos formais previstos nas normas vigentes, buscando-se o levantamento dos órgãos participantes neste processo, seus quantitativos de consumo estimados individuais e totais e as suas concordâncias com o objeto a ser contratado nos termos contidos neste TR, conforme preconizam os incisos II e V do artigo 5º do citado Decreto.

2.3.2.1.3. Assim, ficou estabelecida a listagem abaixo de participação das organizações como integrantes deste processo de SRP cujo gerenciamento se dará pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

2.3.2.1.4. Dessa forma ratificou-se o enquadramento deste processo no inciso III do artigo 3º que regulamenta o SRP: “O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: ... III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para

atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ...”.

2.3.2.1.5. Além disso, considerando que outras unidades de TIC do Ministério demonstraram interesse nessa contratação, há a possibilidade de contratações frequentes no prazo de vigência da ata para atender às necessidades dessas áreas, aplicando-se também ao objeto, o inciso I do artigo 3º do supracitado Decreto.

2.3.2.1.6. Abaixo está sendo apresentado o quadro total consolidado das demandas do MP, bem com as demandas dos órgãos que manifestam interesse e registraram seus quantitativos na Intenção de Registro de Preços – IRP como partícipes.

Atuação	Entrega	Tipo da Licença	MP	AGU	DPRF	ANS	MAPA	ABIN	FUNAI	TST	PGR/MPF	TJTO	TOTAL GERAL
Licenças de Atuação Estratégica	Lote 1	1	5	1	1	1	1	1	1	2	1	1	15
		3	2	1	1	0	0	0	0	2	1	2	9
	Item 1	2	5	1	4	1	2	1	0	0	0	0	14
Licenças de Atuação Gerencial	Item 2	4	14	1	1	0	2	1	0	1	2	5	27
Licenças de Arquitetura Tecnológica	Item 3	5	6	0	1	1	0	1	1	1	2	1	14
Total Geral													79

2.3.2.1.7. O quantitativo inicial estimado de consumo da tabela acima refere-se a uma previsão inicial de contratação baseada em uma programação interna dos órgãos, não gerando em si a obrigação de contratação do quantitativo indicado ou de uma aquisição imediata.

2.3.3. Prerrogativas do órgão gerenciador:

2.3.3.1. Em conformidade com o parágrafo 3º do artigo 4º do Decreto nº 7.892/13, fica estabelecido para este processo e o decorrente gerenciamento de sua Ata:

- a) Não serão aceitas inclusões de novos itens no processo;
- b) Tendo em vista a competência da SETIC como órgão Central do SISP,

serão permitidas adesões à Ata de Registro de Preços (ARP), para aquisição máxima de 01 (uma) vez o quantitativo total de cada item registrado na ata de registro de preços;

- c) O prazo de validade da ARP será de 12 (doze) meses;
- d) Os contratos decorrentes deste SRP poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a Administração, limitados a 60 (sessenta meses).

2.3.3.2. Da utilização da ata de registro de preços:

2.3.3.2.1. Como participante da IRP

- a) Para fins de manifestação de interesse em participar do Registro de Preço, o órgão participante deverá planejar a contratação, sendo necessário o envio dos seguintes elementos referentes aos estudos técnicos preliminares ao órgão gerenciador da ata para análise e aceite da condição de participante:
- b) análise de custos entre a adesão e a condução de processo próprio,
- c) justificativa da similaridade entre os objetos a serem registrados e a real necessidade do órgão participante,
- d) memória de cálculo detalhada da estimativa do volume a ser contratado, e

2.3.3.2.2. Como não participante

- a) A utilização de ata de registro de Preços por órgão não participante deve ser resultado da análise realizada em estudos técnicos preliminares, após evidenciada a vantajosidade por meio de análise comparativa com outras soluções, incluindo a realização de processo licitatório específico e a verificação de outras atas vigentes disponíveis.
- b) Deve-se comprovar nos estudos técnicos preliminares a adequação do objeto registrado às reais necessidades do órgão e a vantagem do preço registrado em relação aos preços praticados no mercado onde o bem ou serviço será fornecido.

- 1) O detalhamento das necessidades e a demonstração do alcance aos objetivos específicos a serem supridos pela

adesão devem ser justificados no contexto do órgão, evitando-se a mera reprodução de justificativas utilizadas pelo órgão gerenciador.

2) Deve-se fazer constar de seu processo administrativo de contratação a justificativa dos quantitativos solicitados.

c) A análise comparativa de custos entre a possibilidade de adesão à ata de registro de preços e a condução de processo licitatório específico deve:

1) ser fundamentada em preços obtidos em licitações ou contratos similares realizados no âmbito da Administração Pública.

2) considerar fatores econômicos temporais que possam afetar o preço do bem ou serviço, tais como taxa de câmbio praticada à época da assinatura da ata de registro de preços, custos à época dos fatores de produção que possam impactar na formação de preços do serviço ou bem, entre outros.

3) considerar o potencial de redução do preço decorrente de processo licitatório, observando as características do mercado relacionado ao bem ou serviço.

d) A escolha da solução deve ser precedida de análise sobre o objeto e especificações com vistas a assegurar que não há características ou particularidades específicas do órgão gerenciador.

2.3.3.2.3. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade do SISP que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

2.3.3.2.4. **Justificativa:** Considerando que a SETIC/MP é o órgão central do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia de Informação – SISP, a adesão tardia poderá beneficiar, com economia processual e com um valor mais atrativo, aqueles órgãos do SISP que não aderiram na origem.

2.4. OBJETIVO E RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

2.4.1. Esta contratação objetiva adquirir o apoio técnico especializado de pesquisa e

aconselhamento imparcial em Tecnologia da Informação e Comunicação à TIC de modo a garantir o suporte eficiente, a flexibilidade e o aumento da qualidade nos processos associados às necessidades institucionais.

2.4.2.A presente contratação visa a prover os seguintes resultados:

- a) A maturidade na aplicação das melhores práticas relacionadas a todos os temas críticos de TIC em resposta às demandas institucionais;
- b) O uso efetivo do conhecimento especializado para tomar decisões com o melhor embasamento disponível, com consequente redução de risco, encurtamento do ciclo de tomada de decisões e aumento da eficácia da equipe de TIC; e
- c) O aumento da qualidade e do tempo de respostas aos serviços prestados pela TIC.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

3.1. DESCRIÇÃO - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS

3.1.1.O serviço de acesso a bases de conhecimento de pesquisas em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), de aconselhamento imparcial em TIC, de análises especializadas em TIC e de apoio complementar à consulta, interpretação e à aplicação das informações nas bases de conhecimento deverão ser fornecidos por meio de licenças de subscrição anuais nos moldes descritos na tabela do item 1 deste TR.

3.1.2.O fornecimento ou disponibilização de informações deverá ocorrer por intermédio das respectivas assinaturas das licenças anuais, que permitirá o acesso dos usuários licenciados à base de conhecimento e seus autores, com comunicação ininterrupta de 24 (vinte e quatro) horas por dia, exceto nos períodos de manutenção previamente informado pela CONTRATADA, e por meio de autogestão (utilização dos serviços, navegação no sítio e acesso aos documentos e seus autores), mediante sítio Internet que permita a obtenção de informações *on-line*. Por meio dessas licenças a CONTRATADA deverá:

3.1.2.1 Colocar à disposição da CONTRATANTE informações atualizadas e fidedignas sobre Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC para subsidiar as decisões da área de TIC do(s) órgão(s), em relação ao desenvolvimento de aplicações, infraestrutura de *hardware* e *software*, gestão de TIC, aplicações corporativas, análises de mercado, diagnósticos de fornecedores, estratégias de TIC por segmento de atuação, estratégias para

negociação de contratos de *hardware* e *software*, estratégias para negociação de contratos de serviços, modelos e práticas de governança, comparações de desempenho de áreas de TIC, comparações de desempenho de serviços de TIC, estratégias de alinhamento de TIC com negócios, políticas e diretrizes em TIC e estratégias de implementação de *software* livre e proprietário nas organizações.

- 3.1.2.2 Prover o aconselhamento imparcial de TIC pautado na equidade e isenção em relação aos produtos ou empresas analisadas, dando tratamento igual as mesmas, exercendo suas análises de forma objetiva, transparente e independente do interesse de terceiros não podendo assim a CONTRATADA possuir qualquer tipo de contrato comercial de revenda ou representação de produtos de *software* ou *hardware*, ou mesmo serviços de implantação dos produtos ou empresas analisadas.
- 3.1.2.3 Prestar esclarecimentos técnicos específicos e especializados acerca das bases de dados colocadas à disposição da CONTRATANTE.
- 3.1.2.4 Ser detentora dos direitos autorais sobre os serviços, programas e bases de conhecimentos fornecidos, e comprometer-se a não violar, direta ou indiretamente, os direitos de terceiros com observação da legislação pertinente, sobretudo a Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
- 3.1.2.5 Disponibilizar as bases de conhecimentos em idioma português ou inglês na Rede Mundial de Computadores (Internet), em sítio próprio da CONTRATADA, e permitir acesso via navegador, sem exigência de qualquer produto adicional nas estações de trabalho dos usuários.
- 3.1.2.6 Permitir a recuperação de informações das bases de conhecimentos a partir de mecanismo de busca, utilizando-se de palavras compostas e operadores lógicos e permitindo a especificação de um período de tempo para a busca de informações.
- 3.1.2.7 Oferecer mecanismo de seleção de assuntos e envio de alertas de relatórios publicados nas áreas de interesse selecionadas nas bases de conhecimentos.
- 3.1.2.8 Não impor qualquer limite para tempo de consulta às bases, quantidade de acessos em período de tempo ou quantidade de conhecimento ou documentos transferidos, desde que ocorram por um usuário licenciado.
- 3.1.2.9 Disponibilizar os documentos das bases de conhecimentos da CONTRATADA para serem acessados e transferidos para o ambiente da

CONTRATANTE (mecanismo de download). A CONTRATANTE terá o direito de referenciar os conteúdos da base de conhecimento e seus autores, em textos e apresentações técnicas.

3.1.2.10 Possuir avaliações de produtos de hardware, software e produtos de comunicações, incluindo benefícios e riscos de sua utilização nas suas bases de conhecimentos.

3.1.2.11 Possuir informações quanto à descontinuidade de produtos de hardware, software e produtos de comunicações as suas bases de conhecimentos.

3.1.2.12 Possuir informações sobre mudanças no mercado de TIC ocasionadas por acordos formais ou informais entre empresas fornecedoras nas suas bases de conhecimentos.

3.1.2.13 Possuir documentos nas suas bases de conhecimentos que ofereçam análise detalhada e em profundidade sobre arquiteturas, tecnologias e produtos de hardware e software, oferecendo ainda orientações e melhores práticas para atividades de seleção e implementação de tecnologias e produtos de hardware e software.

3.1.2.14 Ofertar pesquisas primárias (materiais, textos especificações e obras originais) e secundárias (interpretações, análises, inferências críticas e derivações de fontes originais) em Tecnologia da Informação e Comunicações à TIC, contendo minimamente os seguintes tipos pesquisas, avaliações e análises:

- a) Pesquisas sobre o mercado de TIC;
- b) Prognósticos a partir das pesquisas primárias e secundárias;
- c) Interpretação e análises das tendências indicadas nas pesquisas;
- d) Avaliação da maturidade das tecnologias disponíveis;
- e) Análises comparativas das empresas fornecedoras de bens e serviços nos diversos segmentos de mercado em TIC;
- f) Avaliação de critérios de seleção de tecnologias e produtos; e
- g) Análises e estudos de custos, orçamentos e níveis de serviço de TIC.

3.1.2.15 Ofertar, por meio de sua base de conhecimento, na área de desenvolvimento de aplicações documentos que atendam no mínimo aos seguintes temas:

- a) Arquitetura de aplicações;
- b) Metodologias de desenvolvimento de sistemas;

- c) Ferramentas;
- d) Linguagens;
- e) Aplicações web e móveis;
- f) Serviços web e cliente-servidor;
- g) Aspectos de segurança no desenvolvimento de aplicações;
- h) Métricas para desenvolvimento de aplicações;
- i) Desenvolvimento em software livre;
- j) Internet das Coisas (IoT);
- k) Inteligência Artificial; e
- l) Aprendizagem de Máquina (Machine Learning).

3.1.2.16 Ofertar, por meio de sua base de conhecimento, na área de infraestrutura de hardware e software documentos que atendam pelo menos aos seguintes temas:

- a) Tecnologias de bancos de dados;
- b) Servidores de aplicação;
- c) Operação e gestão de centros de dados;
- d) Tecnologias de armazenamento de dados;
- e) Plataformas de *hardware e software*;
- f) Computação em nuvem;
- g) Servidores (*hardware e software*);
- h) Estações de trabalho;
- i) Gerência de plataformas de TIC;
- j) Comunicação de dados;
- k) Mobilidade e dispositivos sem fio;
- l) Redes de computadores;
- m) Segurança em TIC; e
- n) Uso de software livre na área de infraestrutura.

3.1.2.17 Ofertar, por meio de sua base de conhecimento, na área de gestão de TIC documentos que atendam pelo menos aos seguintes temas:

- a) Gestão de projetos;
- b) Gestão de informações;
- c) Qualidade de *software*;
- d) Gestão de infraestrutura;
- e) Gestão de processos de negócio;
- f) Estratégias para implementação de *software* livre nas organizações;

- g) Segurança e gerenciamento de riscos;
- h) Arquitetura corporativa;
- i) Melhoria de processos de negócio; e
- j) TI bi-modal.

3.1.2.18 Ofertar, por meio de sua base de conhecimento, na área de aplicações corporativas documentos que atendam pelo menos aos seguintes temas:

- a) Correio eletrônico;
- b) Arquitetura orientada a serviços;
- c) Integração de aplicações;
- d) Arquiteturas de serviços e barramentos de serviços;
- e) Inteligência de negócio e Data Warehouse (DW);
- f) Portais corporativos;
- g) Ferramentas de gestão de processos de negócio;
- h) Gestão de conteúdo, informações e colaboração; e
- i) Gerência eletrônica de documentos (GED) e fluxo de trabalho (*workflow*).

3.1.2.19 Conter em sua base de conhecimento pelo menos 5 (cinco) documentos para cada um dos subitens dos itens 3.1.2.14 a 3.1.2.18, sendo pelo menos 3 (três) documentos com menos de 12 (doze) meses transcorridos desde sua elaboração até a data de sua disponibilização à CONTRATANTE.

3.1.2.20 A CONTRATADA deverá disponibilizar plataforma de seminários via WEB (webinars) com conteúdo relacionado aos temas abordados em suas pesquisas. Essa plataforma deverá permitir a participação dos usuários licenciados nos referidos seminários tanto em tempo real como manter biblioteca dos seminários já realizados para revisão dos usuários licenciados.

3.1.2.21 A CONTRATADA deverá oferecer uma plataforma aberta de discussão e avaliação de ferramentas e fornecedores do mercado de Tecnologia da Informação.

3.1.3.O serviço deverá oferecer facilidade de emissão de relatório mensal do acesso à base de conhecimento, mostrando o volume de uso mensal de cada usuário designado pela CONTRATANTE.

3.1.4.Adicionalmente, outras formas de envio de informações poderão ser utilizadas, tais como: mensagens de correio eletrônico e envio de mídias digitais (CD/DVD-ROM etc).

3.2. SERVIÇOS - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS

3.2.1. Nesse item estarão descritos as especificações dos serviços a serem contratados por meio de subscrições de assinaturas anuais considerando-se as suas características.

3.2.2. O fornecimento ou disponibilização de informações deverá ocorrer por intermédio das respectivas assinaturas das subscrições, que permitirão o acesso dos usuários licenciados à base de conhecimento e seus autores nos respectivos níveis e tipos contratados.

3.2.2.1 Pelas características do objeto a ser contratado a sua execução se dará, conforme citado no item 6, em quatro “linhas de atuação”, todas elas vinculadas, em princípio, a projetos de TIC da CONTRATANTE:

a) Acesso à base de conhecimento – Utilização livre de sítio da Rede Mundial de Dados – Internet da CONTRATANTE, não necessitando de qualquer protocolo autorizativo. Todos esses acessos serão contabilizados mensalmente para efeito de controle;

b) Aconselhamento por analistas - Chamados para esclarecimento de dúvidas por meio de telefone, fax e correio eletrônico. Utilização ilimitada, devendo também ser contabilizado mensalmente para efeito de controle;

c) Reuniões mensais (atendimento presencial ou remoto) – Utilização limitada e dependente do “tipo” de licença, conforme estabelecido neste TR; e

d) Participação em eventos – Acesso a eventos da(s) CONTRATADA(S). Utilização limitada e dependente do “tipo” de licença, conforme estabelecido neste TR.

3.2.2.2 Licença de atuação estratégica do “Tipo 1”:

3.2.2.2.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar para cada assinatura “Tipo 1” um conselheiro/representante executivo, que será o principal ponto de contato técnico com a CONTRATANTE na prestação dos serviços.

3.2.2.2.2 Esse representante executivo trabalhará com o usuário “Titular” para identificar e desenvolver os principais temas de interesse da CONTRATANTE.

3.2.2.2.3 O Administrador da assinatura será o Usuário Titular.

3.2.2.2.4 O serviço deverá oferecer a possibilidade de emissão de relatórios executivos, mensais, sobre os temas mais relevantes para a gestão de Tecnologia da Informação, além daqueles relacionados à agenda dos titulares das assinaturas.

- 3.2.2.2.5 Os serviços da assinatura Atuação Estratégica do “Tipo 1” serão compostos por: acesso à base de conhecimento, aconselhamento por analistas, reuniões mensais, remotas ou presenciais e participação em eventos.
- 3.2.2.2.6 A CONTRATADA deverá realizar no máximo uma reunião mensal remota ou presencial, a critério da CONTRATANTE, com o “Usuário Titular”.
- 3.2.2.2.7 As visitas serão realizadas pelo representante executivo da CONTRATADA com o objetivo de, em conjunto com o usuário “Titular”, desenvolver e revisar o Plano de Trabalho.
- 3.2.2.2.8 O Plano de Trabalho consistirá de um conjunto de ações ou temas de relevância, indicados pelo “Usuário Titular”, para serem tratados durante o período de vigência do contrato.
- 3.2.2.2.9 Cada assinatura “Tipo 1” (Usuário Titular) deverá contemplar, no mínimo, um Plano de Trabalho.
- 3.2.2.2.10 Além do Plano de Trabalho, caberá ao representante executivo da CONTRATADA a responsabilidade de auxiliar os usuários nas tomadas de decisão, provendo-os de:
- a) Análises de questões chaves;
 - b) Estudos de casos mundiais;
 - c) Melhores práticas das organizações líderes em TIC;
 - d) Revisões de documentos críticos (termos de referência, especificações técnicas de contratações, cláusulas contratuais e outros); e
 - e) Análise de tendências (prognósticos do mercado de TIC).
- 3.2.2.2.11 Cada reunião presencial terá duração de até quatro horas e será registrada em ata, segundo modelo a ser estabelecido entre as partes envolvidas.
- 3.2.2.2.12 Uma equipe do representante executivo, sob sua gerência, terá a incumbência de realizar as diligências necessárias junto aos demais membros da empresa para que as decisões e pendências sejam tratadas nos prazos acordados.
- 3.2.2.2.13 A definição da quantidade de especialistas a serem mobilizados para atender as necessidades registradas são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

3.2.2.3 Licença de atuação estratégica do “Tipo 2”:

- 3.2.2.3.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar para cada assinatura “Tipo 2” um conselheiro/representante especialista, que será o principal ponto de contato técnico com a CONTRATANTE na prestação dos serviços.
- 3.2.2.3.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar um conselheiro especializado para os seguintes temas: Infraestrutura, Operações, Arquitetura Empresarial & Inovação Tecnológica, IT Sourcing & Gestão de Fornecedores, Gerenciamento de Programas e Portfólios, Segurança, Gerenciamento de Riscos e Data & Analytics.
- 3.2.2.3.3 Os serviços da assinatura Atuação Estratégica do “Tipo 2” serão compostos por: acesso à base de conhecimento, aconselhamento por analistas, reuniões mensais remotas e uma reunião presencial anual e participação em eventos.
- 3.2.2.3.4 A CONTRATADA deverá realizar no máximo uma reunião mensal remota, a critério da CONTRATANTE, com o “Usuário Titular”.
- 3.2.2.3.5 As reuniões serão realizadas pelo conselheiro especialista da CONTRATADA com o objetivo de, em conjunto com o usuário “Titular”, desenvolver e revisar o Plano de Trabalho.
- 3.2.2.3.6 O Plano de Trabalho consistirá de um conjunto de ações ou temas de relevância, indicados pelo “Usuário Titular”, para serem tratados durante o período de vigência do contrato.
- 3.2.2.3.7 Cada assinatura “Tipo 2” (Usuário Titular) deverá contemplar um Plano de Trabalho.
- 3.2.2.3.8 Além do Plano de Trabalho, caberá ao representante executivo da CONTRATADA a responsabilidade de auxiliar os usuários nas tomadas de decisões, provendo-os de:
- a) Análises de questões chaves;
 - b) Estudos de casos mundiais;
 - c) Melhores práticas das organizações líderes em TIC;
 - d) Revisões de documentos críticos (termos de referência, especificações técnicas de contratações, cláusulas contratuais e outros);
 - e) Análise de tendências (prognósticos do mercado de TIC).

3.2.2.3.9 Cada reunião terá duração de até uma hora e será registrada em ata, segundo modelo a ser estabelecido entre as partes envolvidas.

3.2.2.3.10 Uma equipe do conselheiro especialista, sob sua gerência, terá a incumbência de realizar as diligências necessárias junto aos demais membros da empresa para que as decisões e pendências sejam tratadas nos prazos acordados.

3.2.2.3.11 A definição da quantidade de especialistas a serem mobilizados para atender às necessidades registradas é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

3.2.2.4 Características comuns para as licenças de atuação estratégica do “Tipo 1”, “Tipo 2” e “Tipo 3”:

3.2.2.4.1 Todos os usuários das assinaturas poderão, a qualquer momento, ser substituídos ao longo do período de execução do contrato, por intermédio do Administrador.

3.2.2.4.2 Além das reuniões mensais remotas a CONTRATADA deverá disponibilizar a possibilidade de 03 (três) workshops locais sendo 02 (dois) da licença do “Tipo 1” e 01 (um) da licença do “Tipo 2” com o tema e data a serem escolhidos pela CONTRATANTE.

3.2.2.4.3 As informações disponíveis aos usuários da assinatura Atuação Estratégica devem incluir o conteúdo da base de conhecimento e documentos específicos para o nível estratégico selecionado “Tipo 1” ou “Tipo 2” mais o conteúdo da base de conhecimento e documentos do nível Atuação Gerencial no caso do “Tipo 4”.

3.2.2.4.4 O conteúdo da base de conhecimento e documentos específicos para o nível estratégico deve incluir pelo menos as seguintes áreas:

- a) Análises estratégicas de mercado;
- b) Diagnósticos de fornecedores;
- c) Estratégias de TIC por segmento de atuação;
- d) Planejamento estratégico de TIC; e
- e) Estratégias de alinhamento de TIC com negócios.

3.2.2.4.5 Aconselhamento por analistas

3.2.2.4.5.1 Entende-se por analistas os profissionais da CONTRATADA que geram a(s) base(s) de conhecimento(s), sendo os autores dos documentos nela armazenados.

- 3.2.2.4.5.2 Os serviços de aconselhamento para a Atuação Estratégica deverão contemplar a possibilidade de realizar reuniões e contatar, por meio de telefone, fax e correio eletrônico (e-mail) os analistas, com o intuito de solicitar esclarecimentos específicos sobre assuntos relacionados à base de conhecimento, podendo tais consultas abranger os aspectos estratégico, tático e operacional de Tecnologia da Informação.
- 3.2.2.4.5.3 Os serviços de aconselhamento para a Atuação Estratégica devem oferecer apoio, inclusive, na obtenção de respostas a questões onde práticas padronizadas da indústria ainda não foram definidas.
- 3.2.2.4.5.4 Cada interação por telefone com os analistas não excederá a 45 (quarenta e cinco) minutos de duração, e deverá ocorrer durante o horário de expediente da CONTRATANTE.
- 3.2.2.4.5.5 Não haverá limite no número de acessos aos analistas nem de pedidos de esclarecimentos, ou na quantidade de conhecimento acessado e transferido para os usuários licenciados.
- 3.2.2.4.6 Participação em eventos
- 3.2.2.4.6.1 A CONTRATADA, caso promova eventos no Brasil, para apresentação e discussão de tendências da área de tecnologia da informação com foco em gestores de nível estratégico, deverá franquear o acesso a pelo menos um desses eventos aos usuários licenciados, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.
- 3.2.2.4.6.2 Caso a CONTRATADA promova eventos da mesma natureza em outros países, a CONTRATANTE poderá solicitar, a seu critério, a participação gratuita em tais eventos, em substituição à participação nos eventos nacionais.
- 3.2.2.4.6.3 Caso a CONTRATADA promova fóruns de debate e encontros similares, destinados exclusivamente a gestores de nível estratégico que sejam usuários dos serviços em questão, o acesso a esses eventos deverá ser franqueado aos usuários licenciados, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

3.2.2.4.6.4 As despesas de deslocamento e hospedagem necessárias à participação dos usuários licenciados nos eventos será de responsabilidade da CONTRATANTE.

3.2.2.5 Licença de atuação estratégica do “Tipo 3” (“Substituto/Adjunto”)

3.2.2.5.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar para cada assinatura “Tipo 3” (substituto/adjunto) o mesmo conselheiro/representante executivo da assinatura estratégica “Tipo 1” (usuário Titular), que será o principal ponto de contato técnico com a CONTRATANTE na prestação dos serviços.

3.2.2.5.2 Esse representante executivo trabalhará com o usuário “Titular” (usuário Tipo1) e com o “Substituto/Adjunto” (Tipo 3), para identificar e desenvolver os principais temas de interesse da CONTRATANTE.

3.2.2.5.3 Os serviços da assinatura Atuação Estratégica do “Tipo 3” serão compostos por: acesso à base de conhecimento, aconselhamento por analistas, reuniões mensais, remotas ou presenciais e participação em eventos.

3.2.2.5.4 As visitas serão realizadas pelo representante executivo da CONTRATADA com o objetivo de, em conjunto com o usuário “Titular” (licença de atuação estratégica “Tipo 1”), desenvolver e revisar o Plano de Trabalho.

3.2.2.5.5 O Plano de Trabalho consistirá de um conjunto de ações ou temas de relevância, indicados pelo “Usuário Titular”, para serem tratados durante o período de vigência do contrato.

3.2.2.5.6 Além do Plano de Trabalho, caberá ao representante executivo da CONTRATADA a responsabilidade de auxiliar os usuários nas tomadas de decisão, provendo-os de:

- a) Análises de questões chaves;
- b) Estudos de casos mundiais;
- c) Melhores práticas das organizações líderes em TIC;
- d) Revisões de documentos críticos (termos de referência, especificações técnicas de contratações, cláusulas contratuais e outros); e
- e) Análise de tendências (prognósticos do mercado de TIC).

3.2.2.5.7 Cada reunião presencial terá duração de até quatro horas e será registrada em ata, segundo modelo a ser estabelecido entre as partes envolvidas.

3.2.2.5.8 A aquisição da licença “Tipo 3”, devido às características e ao caráter complementar à atuação estratégica “Tipo 1”, está vinculada aquisição da licença “Tipo 1”.

3.2.2.5.9 Poderá ser contratada mais de uma licença “Tipo 3” vinculada a apenas uma licença “Tipo 1”.

3.2.2.6 Licença de Atuação Gerencial “Tipo 4”:

3.2.2.6.1 A CONTRATANTE poderá designar um usuário licenciado por assinatura na modalidade Atuação Gerencial.

3.2.2.6.2 Os usuários das assinaturas poderão, a qualquer momento, ser substituídos ao longo do período de execução do contrato.

3.2.2.6.3 Os serviços da assinatura Atuação Gerencial serão compostos por: acesso à base de conhecimento, participação em eventos e acesso aos analistas.

3.2.2.6.4 As informações disponíveis aos usuários da assinatura Atuação Gerencial devem incluir o conteúdo da base de conhecimento e documentos específicos para o nível gerencial, pelo menos nas seguintes áreas e temas:

- a) Área de desenvolvimento de aplicações;
- b) Área de infraestrutura de *hardware* e *software*;
- c) Área de gestão de TIC;
- d) Área de aplicações corporativas;
- e) Gestão de programas e portfólio;
- f) Gerenciamento de fornecedores;
- g) Estratégias para negociação de contratos de *hardware* e *software*;
- h) Estratégias para negociação de contratos de serviços;
- i) Modelos e práticas de governança;
- j) Comparações de desempenho de áreas de TIC;
- k) Comparações de desempenho de serviços de TIC;
- l) Análises e estudos de processos de gestão e governança de TIC;
- m) Análises e estudos de casos de implementações de TIC;

n) Análises e estudos sobre estruturação e precificação de serviços de TIC.

3.2.2.7.5. Participação em eventos

3.2.2.7.5.1. A CONTRATADA, caso promova eventos no Brasil, para apresentação e discussão de tendências da área de tecnologia da informação com foco em gestores de nível intermediário, deverá franquear o acesso a pelo menos 2 (dois) desses eventos aos usuários licenciados, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

3.2.2.7.5.2. Caso a CONTRATADA promova eventos da mesma natureza em outros países, a CONTRATANTE poderá solicitar, a seu critério, a participação gratuita em tais eventos, em substituição à participação nos eventos nacionais.

3.2.2.7.5.3. As despesas de deslocamento e hospedagem necessárias à participação dos usuários licenciados nos eventos serão de responsabilidade da CONTRATANTE.

3.2.2.7.6. Acesso aos Analistas:

3.2.2.7.6.1. Os usuários das assinaturas Atuação Gerencial “**Tipo 4**” poderão acionar os Analistas da CONTRATADA, a qualquer momento, para esclarecer dúvidas e discutir questões relativas às pesquisas realizadas por meio de telefone, fax e correio eletrônico (e-mail).

3.2.2.7.6.2. Cada interação por telefone com os analistas não excederá a 45 (quarenta e cinco) minutos de duração, e deverá ocorrer durante o horário de expediente da CONTRATANTE.

3.2.2.7.6.3. Não haverá limite no número de acessos aos analistas nem de pedidos de esclarecimentos, ou na quantidade de conhecimento acessado e transferido para os usuários licenciados.

3.2.2.8. Requisitos Específicos da Assinatura Arquitetura Tecnológica do “**Tipo 5**”.

3.2.2.8.1. Os usuários das assinaturas poderão, a qualquer momento, ser substituídos ao longo do período de execução do contrato.

3.2.2.8.2. O Contratante poderá designar até 20 (vinte) usuários licenciados por assinatura.

3.2.2.8.3. Os serviços da assinatura Arquitetura Tecnológica serão compostos por: acesso à base de conhecimento, participação em eventos e acesso aos analistas.

3.2.2.8.4. Participação em eventos

3.2.2.8.4.1. A CONTRATADA, caso promova eventos no Brasil, para apresentação e discussão de tendências da área de tecnologia da informação, com foco nos profissionais responsáveis pela seleção e implementação de tais tecnologias, deverá franquear o acesso a pelo menos um desses eventos para 01 (um) usuário licenciado, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

3.2.2.8.4.2. Caso a CONTRATADA promova eventos da mesma natureza em outros países, a CONTRATANTE poderá solicitar, a seu critério, a participação gratuita em tais eventos, em substituição à participação nos eventos nacionais.

3.2.2.8.4.3. As despesas de deslocamento e hospedagem necessárias à participação dos usuários licenciados nos eventos serão custeadas pela CONTRATANTE.

3.2.2.8.5. Acesso à base de conhecimento para o “**Tipo 5**”

3.2.2.8.5.1. As informações disponíveis aos usuários da assinatura Arquitetura Tecnológica “**Tipo 5**” devem incluir o conteúdo direcionado a profissionais de TIC, com documentos que abordem informações suficientes para compreensão, análise, seleção e implementação de soluções tecnológicas nas seguintes áreas:

- a) Plataformas de aplicações;
- b) Plataformas de colaboração;
- c) Gerenciamento de conteúdo;
- d) Data center;
- e) Inteligência de negócios (BI e DW)
- f) Gerenciamento de dados;
- g) Gerenciamento de identidade,
- h) Redes; e
- i) Segurança.

3.2.2.8.5.2. O serviço deve incluir uma ferramenta baseada na Web, com acesso via browsers de mercado. Deve ser uma ferramenta

interativa que permita que as equipes técnicas criem relatórios detalhados e personalizados, a fim de ajudá-los na análise do seguinte cenário:

3.2.2.8.5.2.1. Serviços de Nuvem Pública: deve prover informações e comparações dos serviços de Nuvem Pública oferecidos pelos provedores do mercado, incluindo: preço, performance e disponibilidade.

3.2.2.8.6. Acesso aos Analistas

3.2.2.8.6.1. Os usuários das assinaturas Arquitetura Tecnológica do **“Tipo 5”** poderão acionar os Analistas da(s) CONTRATADA(S), a qualquer momento, para esclarecer dúvidas e discutir questões relativas às pesquisas realizadas.

3.2.2.8.6.2. Cada interação por telefone com os analistas não excederá a 60 (sessenta) minutos de duração, e deverá ocorrer durante o horário de expediente da CONTRATANTE.

3.2.2.8.6.3. Não haverá limite no número de acessos aos analistas nem de pedidos de esclarecimentos, ou na quantidade de conhecimento acessado e transferido para os usuários licenciados.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. Caracterizados por “serviço comum”, conforme o §1 do art. 2º do Decreto 5.450/05 e o § 1º do art. 1º da Lei nº 10.520/02, os serviços elencados no objeto deste TR baseiam-se em padrões de desempenho e qualidade claramente definidos neste TR, estando aderentes a protocolos, métodos e técnicas preestabelecidos tendo suas especificações usuais no mercado.
- 4.2. Os serviços a serem contratados têm natureza contínua por apoiarem a realizações das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional do Contratante e caso interrompidos podem vir a inviabilizar processos críticos (Art. 15 da IN nº 05/2017).
- 4.3. Um levantamento inicial do objeto deste TR, realizado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) deste Processo, observou que alguns órgão da APF adquiriram esses serviços por meio de processo de inexigibilidade (com fulcro no art. 25 da Lei 8.666/93), entretanto, pesquisas mais recentes não puderam afirmar com certeza absoluta a manutenção deste *status* e a existência de potenciais competidores para fornecimento dos serviços

em tela, podendo haver outros fornecedores capazes de prestá-los. Entende-se que a mera existência de potenciais competidores para fornecimento de tais serviços é suficiente para afastar a hipótese de contratação por inexigibilidade. Nesse sentido, para que se garanta a livre concorrência e a busca de melhores ofertas para a Administração, optou-se pela realização de Pregão, preferencialmente por meio eletrônico.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

(ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO)

5.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

5.1.1. Os requisitos e condições descritas nesta seção constituem obrigações à CONTRATADA para a realização dos Serviços e deverão ser fiscalizadas pela CONTRATANTE juntamente às demais condições deste Termo como critérios de Aceitação dos serviços e produtos apresentados.

5.2. REQUISITOS DE NEGÓCIO

5.2.1. Os serviços a serem prestados deverão estar relacionados às atividades dos projetos de TIC em apoio à missão da CONTRATANTE em seus vários desdobramentos (necessidades do “negócio”) das áreas fins.

5.2.2. Os serviços deverão apresentar soluções que atendam as seguintes características, entre outras de natureza de gestão e de governança de TIC:

- a) Maior eficiência no uso dos recursos tecnológicos;
- b) Maior segurança das informações;
- c) Sustentabilidade ambiental;
- d) Escalabilidade tecnológica;
- e) Maior economicidade e racionalidade na composição dos produtos agregados;
- e
- f) Autonomia dos recursos e continuidade da prestação dos serviços de infraestrutura de TIC.

5.3. REQUISITOS LEGAIS

5.3.1. Nesta contratação devem ser observadas as seguintes leis e normas, entre outras:

- 5.3.1.1. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

- 5.3.1.2. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- 5.3.1.3. Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação;
- 5.3.1.4. Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- 5.3.1.5. Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns;
- 5.3.1.6. Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 5.3.1.7. Instrução Normativa SLTI nº 05/2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;
- 5.3.1.8. Instrução Normativa nº 04/2014 SLTI/MP, de 11 de setembro de 2014, que dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP – do Poder Executivo Federal;
- 5.3.1.9. Instrução Normativa nº 05/2014 e nº 07/2014 SLTI/MP, que dispõem sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral; e
- 5.3.1.10. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.
- 5.3.1.11. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

5.4. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO E GARANTIA

- 5.4.1. A empresa deverá prestar garantia mínima de 12 (doze) meses sobre o objeto contratual;
- 5.4.2. A garantia contar-se-á a partir da data da comprovação da entrega das licenças de acesso às bases conhecimento.

5.5. REQUISITOS TEMPORAIS

- 5.5.1. O prazo para o início da execução dos serviços se dará em conformidade com o item 6 deste TR; e

5.5.2. Uma Reunião Inicial deverá ser realizada em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato.

6. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

(MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO)

6.1. ROTINAS DE EXECUÇÃO – METODOLOGIA DE TRABALHO

6.1.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

6.1.1.1. A execução do contrato consiste na realização ordenada das atividades previstas na tabela a seguir durante a vigência do contrato.

SEQ	Atividades	Prazos
01	Assinatura do Contrato.	-
02	Nomeação dos fiscais do Contrato.	-
03	Convocação para reunião Inicial	D
04	Realização de Reunião Inicial.	E = D + até 5 (cinco) dias úteis
05	Emissão de Ordem de Serviço.	F = E + até 5 (cinco) dias úteis
06	Disponibilização pela CONTRATADA das bases de conhecimento e de corpo técnico de aconselhamento conforme previsto na seção característica dos serviços deste TR.	G = F + até 03 (três) dias úteis
07	Avaliação e certificação pelos fiscais do Contrato das subscrições fornecidas, conforme o item 06 desta tabela.	H = G + até 02 (dois) dias úteis
08	Elaboração e definição dos Planos de Trabalho.	I = H + até 10 (dez) dias úteis
09	Autorização para emissão da primeira Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato.	K = J + até 05 (cinco) dias úteis
10	Emissão da primeira Nota Fiscal pela CONTRATADA.	Após a autorização constante no item 10
11	Realização do Pagamento pela CONTRATANTE.	Em até 10 (dez) dias após o recebimento da Nota Fiscal no protocolo geral da Sede da CONTRATANTE.

12	Para os demais meses de execução:	-
12.1	Avaliação mensal da qualidade dos serviços prestados pelos fiscais do Contrato (Relatório de Fiscalização Mensal).	Até o terceiro dia útil do mês (30 dias corridos) subsequente.
12.2	Autorização para emissão da Nota Fiscal mensal pelo Fiscal do Contrato.	Até o quinto dia útil do mês (30 dias corridos) subsequente.
12.3	Emissão da Nota Fiscal mensal pela CONTRATADA.	Após a autorização constante no item 9.2
12.4	Realização do Pagamento mensal pela CONTRATANTE.	Em até 10 (dez) dias após o recebimento da Nota Fiscal no protocolo geral da Sede da CONTRATANTE.

6.1.2. INÍCIO DO CONTRATO

6.1.2.1. Após a assinatura do contrato e a nomeação dos Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

6.1.2.2. Deverão participar dessa reunião Fiscais do Contrato e representante legal da CONTRATADA. A reunião realizar-se-á em até 05 (cinco) dias úteis após a comunicação formal da CONTRATANTE, conforme agendamento efetuado pelo gestor do Contrato. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso III do Art. 32 da IN nº 04/2014 STI/MP.

6.1.2.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

6.1.2.3.1. Apresentação do Preposto da empresa pelo representante legal da CONTRATADA. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

6.1.3. EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1.3.1. O Fiscal do Contrato encaminhará formalmente, para cada item, Ordem de Serviço única contendo a descrição dos serviços discriminados em parcelas mensais.

6.1.3.1.1. Os serviços serão prestados mediante assinaturas anuais para acesso à base de conhecimento, chamados para esclarecimento de dúvidas por meio de telefone, fax e correio eletrônico e participação em eventos realizados no território nacional ou no exterior.

6.1.3.2. A CONTRATADA deverá liberar os serviços contratados para uso em, no máximo, 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.

6.1.3.3. Após o encaminhamento da Ordem de Serviço, a CONTRATANTE e a CONTRATADA definirão os Planos de Trabalho que servirão de orientadores para as diversas agendas de trabalho em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.

6.1.3.3.1. Em princípio, cada Plano de Trabalho deverá ter uma estimativa de cronograma.

6.1.3.3.2. A CONTRATADA deverá realizar o número necessário de visitas presenciais para definição dos Planos de Trabalho (PT).

6.1.3.3.3. Outros Planos de Trabalho poderão ser sugeridos e implementados no decorrer da contratação, conforme as necessidades do CONTRATANTE.

6.1.3.4. O Fiscal do Contrato encaminhará formalmente os Planos de Trabalho – PT, previamente discutidos (ANEXO C) ao Preposto da CONTRATADA para o início de seus acompanhamentos.

6.1.3.4.1. Os PTs serão considerados entregues após a sua execução e serão ratificados por uma reunião específica de seus “fechamentos”.

6.1.4. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS

(MODELO DE GESTÃO)

6.1.4.1. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

6.1.4.1.1. Os serviços serão considerados adequadamente prestados quando:

- 6.1.4.1.1.1. as bases de conhecimentos estiverem disponíveis aos usuários autorizados da CONTRATANTE.
- 6.1.4.1.1.2. os recursos humanos estiverem disponíveis por meio dos canais de comunicação definidos neste Termo.
- 6.1.4.1.1.3. o conteúdo dos serviços de aconselhamento fornecidos forem coerentes, atualizados tecnologicamente e compatíveis aos requisitos de segurança da informação definidos pela CONTRATANTE por meio de sua Política de Segurança da Informação.
- 6.1.4.1.2. Caso sejam constatados serviços não aderentes aos critérios definidos no subitem anterior ou se verificar produtos incompletos, o Gestor do Contrato e/ou seus fiscais comunicará à(s) CONTRATADA(S) para que realize(m) os ajustes necessários.
- 6.1.4.1.3. A(s) CONTRATADA(S) realizará(ão) as correções observadas, sem ônus para a CONTRATANTE, obedecendo ao prazo estabelecido para a correção.
- 6.1.4.1.4. Havendo conformidade com a execução do serviço e atendidos os Critérios de Aceitação, o Gestor e o Fiscal Requisitante do Contrato confeccionarão e assinarão o Termo de Recebimento Definitivo em até 05 (cinco) dias a contar da avaliação dos Critérios de Aceitação.
- 6.1.4.1.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reportar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, nos termos do §4º do inciso II do Art. 73 da Lei nº8.666/93.
- 6.1.4.1.6. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da(s) CONTRATADA(S) pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.1.4.1.7. O Fiscal Administrativo verificará a aderência aos termos contratuais.
- 6.1.4.1.8. Caso não haja aderência, o Fiscal Administrativo deve indicar os termos que não estão aderentes ao contrato e o Gestor do Contrato deve, então, encaminhar as devidas propostas de sanções para Área Administrativa proceder aos trâmites legais.

6.1.4.1.9. De posse do Termo de Recebimento Definitivo, o Gestor do Contrato autorizará a(s) CONTRATADA(S) a emitir(em) a(s) Nota(s) Fiscal(is), por meio de aviso formal ao Preposto, via instrumentos de comunicação previstos neste TR.

6.1.4.1.10. Quando da emissão das Notas Fiscais, o Fiscal Administrativo do Contrato realizará a verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento.

6.1.4.1.11. Caso sejam identificadas irregularidades pelo Fiscal Administrativo, as mesmas devem ser relatadas ao Gestor, para que este encaminhe as respectivas sanções à Área Administrativa.

6.1.4.2. PROCEDIMENTOS DE TESTES, INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS

6.1.4.2.1. A CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços in loco, nos casos em que a execução dos serviços ocorrerem em ambiente da CONTRATANTE ou através de inspeções, nos casos em que a realização dos serviços ocorrer de forma remota, quando se aplicar.

6.1.4.2.2. Este acompanhamento possui a finalidade de verificar o andamento da execução dos serviços, a aderência às metodologias, procedimentos adotados e o cumprimento de normas pertinentes, como de segurança da informação.

6.1.4.2.3. Os serviços serão verificados mensalmente por meio da emissão de relatórios de fiscalização pelos fiscais técnicos do Contrato.

6.1.4.2.4. Para comprovar a liberação das assinaturas, a CONTRATADA deverá entregar documento formal que comprove o registro do usuário Administrador das licenças ou equivalente, a depender do tipo da assinatura e a disponibilidade dos serviços.

6.1.4.2.5. O teste para verificação da disponibilidade dos serviços será feito através de acesso à base de conhecimento via Portal Web da CONTRATADA, com a utilização do usuário/senha fornecido na liberação das assinaturas e com a realização de consultas que comprovem o atendimento ao objeto.

6.1.4.2.6. Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções no objeto, a CONTRATADA será notificada e obrigada a efetuar as

correções necessárias, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

6.1.4.2.7. Essa notificação interrompe os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada e ratificada por meio de relatório de aceite.

6.1.4.2.8. As atividades decorrentes dos PTs serão consideradas rotineiras e não passíveis de recebimento provisório, nos termos do inciso II do artigo 74 da Lei nº 8.666/93.

6.1.4.3. VALORES E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

6.1.4.3.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

6.1.4.3.2. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, ocorrerá quando a(s) CONTRATADA(S):

6.1.4.3.2.1. Não atingir(em) os valores mínimos aceitáveis fixados nos Critérios de Aceitação, Níveis Mínimos de Serviço Exigidos, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

6.1.4.3.2.2. Deixar(em) de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação, ou utilizá-los com qualidade, capacidade ou quantidade inferior à demandada/especificada.

6.1.4.3.3. Os valores para retenção ou glosa constam em seções específicas neste TR.

6.1.4.3.4. Caso ocorram situações que ensejem a aplicação de glosa ou retenção no pagamento, o Gestor do Contrato deverá solicitar à(s) CONTRATADA(S) as justificativas e esclarecimentos.

6.1.4.3.5. Após análise das justificativas e havendo a manutenção dos fatores que ensejaram a glosa ou retenção do pagamento, o valor da glosa deverá constar do documento de autorização de emissão da Nota fiscal a ser encaminhado à(s) CONTRATADA(S) pelo Gestor do

Contrato, conforme previsto no inciso IX, do Art. 34 da IN nº 04/2014 SLTI/MPOG.

6.1.4.3.6. As Notas Fiscais serão recusadas nos seguintes casos:

- 6.1.4.3.6.1. Ausência de data de emissão ou vencimento;
- 6.1.4.3.6.2. CNPJ ou razão social divergentes ou ausentes;
- 6.1.4.3.6.3. Ausência de detalhamento dos serviços prestados
- 6.1.4.3.6.4. Valor da Nota Fiscal divergente do Valor autorizado pela CONTRATANTE.

6.1.4.4. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS (NMSE)

6.1.4.4.1. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base em Níveis de Serviço definido no instrumento convocatório. Níveis de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos por entidades capazes de aferir objetivamente os resultados pretendidos com as respectivas contratações.

6.1.4.4.2. A CONTRATADA deverá atender aos níveis de serviço definidos. A apuração dos níveis de serviço não considerará os períodos de indisponibilidades justificadas, que podem decorrer de:

- 6.1.4.4.2.1. Períodos de interrupção previamente acordados;
- 6.1.4.4.2.2. Interrupção de serviços públicos essenciais à plena execução dos serviços (exemplo: suprimento de energia elétrica);
- 6.1.4.4.2.3. Indisponibilidade de acesso ao ambiente e/ou aos sistemas da rede, motivada por razões incontroláveis (exemplo: greve de servidores);
- 6.1.4.4.2.4. Falhas da infraestrutura (exemplo: link de comunicação, equipamentos servidores, elementos de rede, storages);
- 6.1.4.4.2.5. Falhas nos mecanismos e sistemas de segurança da informação que impeçam a plena execução dos serviços;
- 6.1.4.4.2.6. Motivos de força maior (exemplo: enchentes, terremotos ou calamidade pública).

6.1.4.4.3. A aferição dos níveis de serviço será realizada pelos fiscais do contrato, referente aos Planos de Trabalho PTs e constará em Relatório de Fiscalização.

6.1.4.4.4. O não cumprimento dos valores mínimos/máximos exigidos nos indicadores ensejará sanções de acordo com o estipulado na seção relativa a sanções.

6.1.4.4.5. Para efeito de cálculo da aferição dos indicadores, serão considerados valores com duas casas decimais.

6.1.4.4.6. São indicadores de níveis mínimos de serviço:

IAES – INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE SERVIÇOS		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos serviços constantes no contrato.	
Aplicabilidade	Para todos os ITENS da contratação.	
Meta a cumprir	IAES \leq 0	A meta definida visa garantir a entrega dos serviços constantes no contrato dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Termos de Recebimento Definitivos emitidos.	
Forma de acompanhamento	Será subtraída a data de entrega estabelecida pelo item 6 deste TR.	
Periodicidade	Por entrega completa dos itens do objeto contratual (Item 1.1 deste TR).	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	IAES = TEX – 10 Onde: IAES – Indicador de Atraso de Entrega dos Serviços; TEX – Tempo (em dias) da entrega completa e efetiva dos serviços;	
Observações	Obs.: Serão utilizados dias corridos na medição.	
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para valores do indicador IAES : De 1 a 5 – Execução de 5% sobre a garantia contratual (Item 20 deste TR). De 6 a 10 – Execução de 10% sobre a garantia contratual (Item 20 deste TR). De 11 a 15 – Execução de 20% sobre a garantia contratual (Item 20 deste TR). Acima de 15 – Será aplicada a execução de 20% sobre a garantia contratual (Item 20 deste TR) e multa de 1% sobre o valor total do Contrato.	

IDQ – INDICADOR DE DESVIOS DE QUALIDADE		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir a qualidade dos serviços entregues conforme requisitos estabelecidos pela CONTRATANTE neste TR.	
Aplicabilidade	Para todos os ITENS da contratação.	
Meta a cumprir	IDQ <= 2	A meta definida visa garantir o aumento da qualidade dos serviços por meio da redução do número de desvios qualidade.
Instrumento de medição	Termos de Desvios de Qualidade sobre as obrigações da(s) CONTRATADA(S).	
Forma de acompanhamento	Será apurada a quantidade de Termos de Desvios de Qualidade para cada ITEM.	
Periodicidade	Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo - Mensal	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IDQ = \sum (TDQ)$ <p>Onde: TDQ – Termo de Desvio de Qualidade</p>	
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IDQ:</p> <p>Para 2 – Execução de 10% sobre a garantia contratual (Item 17 deste TR).</p> <p>Para 3 – Execução de 20% sobre a garantia contratual (Item 17 deste TR).</p> <p>De 4 de 6 – Execução de 20% sobre a garantia contratual (Item 17 deste TR) e multa de 1% sobre o valor do total do contrato.</p> <p>Acima de 6 – Execução de 5% sobre a garantia contratual (Item 17 deste TR) e multa de 3% sobre o valor do total do contrato.</p>	

6.1.5. LOCAL E HORÁRIOS DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1.5.1. Os serviços presenciais serão prestados na dependência da contratante, em Brasília-DF, no horário das 08:00 horas às 19:00 horas, em dias úteis para o Contratante e a ser determinado em contrato pelos demais órgãos participantes do SRP.

6.1.6. CONTROLE DA EXECUÇÃO, PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

6.1.6.1. A fiscalização da contratação será exercida por representantes da Administração, designados a compor a equipe de fiscalização, aos quais competirão, dentre outras atividades, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

6.1.6.2. Os fiscais do contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.1.6.3. O monitoramento da execução do contrato deverá observar o disposto no Plano de Fiscalização da CONTRATADA e o disposto no Modelo de Gestão do Contrato, em conformidade ao Art. 34 da Instrução Normativa nº 04/2014 STI/MP.

6.1.7. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

6.1.7.1. O modelo de prestação de serviços prevê que a CONTRATADA seja integralmente responsável pela gestão de seu pessoal em todos os aspectos, sendo vedado à equipe da CONTRATANTE, formal ou informalmente, qualquer tipo de ingerência ou influência sobre a administração da mesma, ou comando direto sobre seus empregados, fixando toda negociação na pessoa do preposto da CONTRATADA ou seu substituto.

6.1.7.2. São **instrumentos formais** de comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA:

- a) Planos de Trabalho (PT);
- b) Plano de Inserção;
- c) Termos de Recebimento;
- d) Ata de Visita Técnica;
- e) Ofício;
- f) Ata de Reunião;
- g) Relatório;
- h) Carta;
- i) Demais Termos previstos no instrumento convocatório.
- j) E-mail institucional/corporativo;

6.1.7.3. A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, para fins de encaminhamento dos PTs ou outro documento, ocorrerá sempre via Preposto, ou seu substituto, designado pela CONTRATADA.

6.1.8. FORMA DE PAGAMENTO

6.1.8.1. Os pagamentos serão efetuados em 12 (doze) parcelas iguais mensais previstas em ordem de serviço inicial única, em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela unidade responsável pela fiscalização do contrato, comprovando-se os serviços efetivamente prestados.

6.1.8.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

6.1.8.2.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

6.1.8.2.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento do relatório mencionado acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

6.1.8.2.2.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.1.8.2.2.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.1.8.2.2.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

- 6.1.8.3. No preço das licenças deverão estar inclusos todos os custos e despesas de qualquer natureza que incidam direta ou indiretamente no cumprimento do objeto contratado.
- 6.1.8.4. O preço consignado poderá ser reajustado anualmente, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, pela variação do IPCA/IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo para Soluções de TIC.
 - 6.1.8.4.1. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.
 - 6.1.8.4.2. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.
- 6.1.8.5. No caso de discordância das glosas aplicadas, a CONTRATADA deverá apresentar o recurso que será analisado por despacho pela Área Administrativa do MP.
- 6.1.8.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 6.1.8.7. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.1.8.8. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 6.1.8.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.1.8.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 6.1.8.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer

caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

6.1.8.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993.

6.1.8.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.1.8.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{TX}{100}$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual de taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

6.1.8.14. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

6.1.8.15. O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos, glosas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

6.1.8.16. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

6.1.8.17. O descumprimento, pela CONTRATADA, do estabelecido no item anterior, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.

6.1.8.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.1.8.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.1.8.20. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.1.9. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

6.1.9.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

6.1.9.2. O Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS A e B.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA, em conformidade com o contrato, no prazo estabelecido, mediante as notas fiscais/faturas, devidamente atestadas.
- 7.2. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do contrato, conforme especificado em contrato.
- 7.3. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades observadas na execução do contrato.
- 7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de um servidor, especialmente designado, que anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas ao contrato.
- 7.5. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com os termos de sua proposta comercial, do contrato e do edital da licitação.
- 7.6. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA, nos termos do subitem 6.1.5.
- 7.7. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto do contrato, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 7.8. Conferir toda documentação gerada e apresentada durante a execução do contrato, efetuando o seu ateste quando estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos no contrato.
- 7.9. Instituir equipe técnica para acompanhamento e validação dos serviços contratados.
- 7.10. Realizar, no momento da licitação, avaliação da solução via Demonstração (Prova de Conceito) com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar por item, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Manter durante toda a vigência do contrato, a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, neste TR e em contrato.
- 8.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do TR.
- 8.3. Responsabilizar-se por todos os ônus referentes à execução do objeto deste TR.
- 8.4. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas

os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do CONTRATANTE.

- 8.5. Garantir absoluto sigilo sobre todos os processos, informações e quaisquer outros dados disponibilizados pelo CONTRATANTE, em função das peculiaridades dos serviços a serem prestados.
- 8.6. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade acerca das atividades, objeto deste TR, sem prévia autorização do CONTRATANTE.
- 8.7. Indicar um profissional para atuar como Preposto da empresa que será o responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual, além de tratar das questões relativas à execução do contrato e ao faturamento.
- 8.8. Comparecer, mediante seu Preposto, em todas as reuniões em que for convocada na sede do órgão CONTRATANTE, exceto quando existir acordo quanto a definição de outro local.
- 8.9. Esclarecer eventuais dúvidas e indagações do CONTRATANTE.
- 8.10. Comunicar ao Fiscal do Contrato designado formalmente pelo CONTRATANTE, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do contrato.
- 8.11. Prestar os serviços e entregar os produtos nas condições e prazos estabelecidos neste TR.
- 8.12. Exigir dos seus empregados, quando em serviço nas dependências do CONTRATANTE, o uso obrigatório de crachás de identificação.
- 8.13. Refazer os serviços que foram executados de maneira incorreta ou insatisfatória, sem ônus para o CONTRATANTE.
- 8.14. São, ainda, responsabilidades da CONTRATADA: Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.
- 8.15. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- 8.16. Arcar com os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
- 8.17. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos em lei ou neste TR, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE,

nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

- 8.18. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 8.19. Não possuir em seu quadro funcional menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- 8.20. Assinar o Termo de Compromisso (ANEXO B) e o Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança Vigentes do Contratante (ANEXO A).
- 8.21. Arcar com os encargos relativos a deslocamento e estada de seus funcionários.
- 8.22. Manter absoluta imparcialidade sobre todas as informações prestadas pelo objeto deste contrato não possuir qualquer interesse comum com demais provedores de tecnologia (serviços, *hardwares*, *softwares* e consultorias) do mercado brasileiro ou mundial.
- 8.23. Prestar os esclarecimentos referentes à execução dos serviços no prazo acordado entre as partes.
- 8.24. Atender a todas as cláusulas deste TR.

9. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

- 9.1. A CONTRATADA deverá possuir os direitos autorais sobre os serviços, programas e base de conhecimento a serem disponibilizados, devendo comprometer-se a não violar, direta ou indiretamente, os direitos de terceiros com observação da legislação pertinente, sobretudo a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.
- 9.2. O CONTRATANTE deverá possuir os direitos autorais sobre os documentos, pareceres e/ou laudos gerados exclusivamente para o CONTRATANTE. Tais direitos não se aplicam aos direitos autorais e de propriedade intelectual das bases de conhecimento e documentos da CONTRATADA.
- 9.3. O CONTRATANTE poderá dispor das informações da CONTRATADA que tiver acesso através do respectivo contrato, desde que, obrigatoriamente, referencie os seus conteúdos e seus autores em textos e apresentações técnicas.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto licitatório.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- a) Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- c) Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado;
- d) Haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O CONTRATANTE designará servidores para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste TR, que registrará, em relatório, todas as ocorrências relacionadas com sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

12.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor serão solicitadas à autoridade competente do CONTRATANTE, para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no Art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

12.3. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, a CONTRATADA que:

- 13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.3. Fraudar a execução do contrato;
- 13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 13.1.6. Não manter a proposta.

- 13.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 13.3. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 13.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 13.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 13.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 13.8. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:
- 13.8.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- 13.8.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.8.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.

- 13.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente a de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.
- 13.12. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 13.13. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou motivo de força maior.
- 13.14. Da sanção aplicada caberá recurso à autoridade superior àquela que aplicou a sanção no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação.
- 13.15. A autoridade competente poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 13.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 13.17. A relação entre ocorrência e sanção, conforme o Art. 20, IV, da IN nº 04/2014 STI/MP, figura-se na tabela a seguir, tal relação não exime a aplicação de penalidades a ocorrências não constantes nesta tabela, mas classificadas nas disposições desta Seção.

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente na Reunião Inicial.	Advertência. Em caso de reincidência, 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao Fiscal do Contrato.	Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao fiscal do contrato.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
8	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços do Contratante.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
9	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade das informações mantidas pelo Contratante.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

10	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas do Contratante.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
12	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

Tabela 1: Glosas e Sanções Detalhadas.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS

14.1. A tabela a seguir descreve a estimativa de preços para o Registro de Preço, baseadas no levantamento de contratos vigentes na Administração Pública Federal e em 1 (uma) proposta comercial.

14.2. Conforme estabelece o § 3º do Art. 9º do Decreto nº 7.892/13, a estimativa descrita na totalização do quadro abaixo não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira na habilitação do licitante.

Atuação	Entrega	Item	Quantitativo	MÉDIA UNITÁRIA MENSAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO ANUAL	VALOR TOTAL ESTIMADO 12 MESES
Licenças de Atuação Estratégica	Lote 1	1	15	R\$ 21.367,23	R\$ 256.406,81	R\$ 3.846.102,09
		3	9	R\$ 11.658,04	R\$ 139.896,50	R\$ 1.259.068,50
	Item 1	2	14	R\$ 14.700,00	R\$ 176.400,00	R\$ 2.469.600,00
Licenças de Atuação Gerencial	Item 2	4	27	R\$ 9.658,83	R\$ 115.906,00	R\$ 3.129.462,00
Licenças de Arquitetura Tecnológica	Item 3	5	14	R\$ 17.259,64	R\$ 207.115,69	R\$ 2.899.619,66

14.3. Os quantitativos para o órgão gerenciador e órgãos partícipes estão detalhados na tabela abaixo:

Atuação	Entrega	Tipo da Licença	MP	AGU	DPRF	ANS	MAPA	ABIN	FUNAI	TST	PGR/MPF	TJTO	TOTAL GERAL
Licenças de Atuação Estratégica	Lote 1	1	5	1	1	1	1	1	1	2	1	1	15
		3	2	1	1	0	0	0	0	2	1	2	9
	Item 1	2	5	1	4	1	2	1	0	0	0	0	14
Licenças de Atuação Gerencial	Item 2	4	14	1	1	0	2	1	0	1	2	5	27
Licenças de Arquitetura Tecnológica	Item 3	5	6	0	1	1	0	1	1	1	2	1	14
Total Geral													79

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. ESTIMATIVA DO IMPACTO ECONÔMICO – FINANCEIRO

15.1.1. As despesas decorrentes das contratações originárias da Ata de Registro de Preços provenientes deste TR deverão estar programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018/2019, em declaração a ser definida pelo ordenador de despesa quando das autorizações para contratação.

15.1.2. Conforme estabelece o § 2º do Art. 7º do Decreto nº 7.892/13, “Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.”

16. VIGÊNCIA CONTRATUAL

16.1. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços a serem efetivados por meio deste TR terão vigência de 12 (doze) meses, podendo ter as suas durações prorrogadas por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitados a 60 (sessenta meses), mediante justificativa da CONTRATANTE e interesse de ambas as partes, por se tratarem de serviços de natureza continuada, conforme indicado no item 4.2 deste TR.

17. GARANTIA CONTRATUAL

17.1. A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

17.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

17.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

17.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

17.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

17.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

17.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

17.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

17.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

17.5. O garantidor não é parte legítima para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada (inserido pela IN nº 05/2017)

- 17.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 17.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 17.8. Será considerada extinta a garantia:
- 17.8.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 17.8.2. no prazo de 90 dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será estendido, nos termos da comunicação.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1. REGIME, TIPO E MODALIDADE DA LICITAÇÃO

- 18.1.1. O regime da execução do contrato é: a execução indireta por empreitada por preço unitário, e o tipo e o critério de julgamento da licitação será o menor preço por item e por lote para a seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática.
- 18.1.2. Por ser tratar de serviço comum, entende-se que a modalidade de licitação deverá ser PREGÃO, a ser realizada na forma ELETRÔNICA, com vistas a obter a melhor proposta para a Administração Pública, conforme previsão na Lei 10.520/02 e no Decreto 5.450/05.

18.2. CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO

18.2.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 18.2.1.1. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido em nome da proponente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviço igual ou semelhante ao objeto deste TR.
- 18.2.1.2. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverão conter de forma clara todas as características mínimas exigidas nos itens 3.1 e 3.2 deste TR.

18.2.1.3. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica, documentações e comprovações necessárias para que a Administração comprove a veracidade das informações deverão conferir com o CNPJ da empresa Licitante.

18.2.1.4. Os Atestados devem ser originais ou cópias legíveis autenticadas em cartório. Não serão aceitas cópias de atestados já autenticados anteriormente (cópia de cópia).

18.2.1.5. Os Atestados ficarão arquivados no processo.

18.3. A critério da Administração, poderá ser necessária a realização de diligência a fim de se comprovar a veracidade do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) pela Licitante vencedora do certame, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o(s) serviço(s) apresentado(s) no(s) atestado(s) foi(ram) prestado(s).

18.4. DA PROVA DE CONCEITO

(DEMONSTRAÇÃO PRÉVIA DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS TÉCNICOS)

18.4.1. Em conformidade com a letra “h” do inciso I do Art. 18º da Instrução Normativa nº 4/STI, de 11 de setembro de 2014, será procedida a análise prévia de amostra (Prova de Conceito) de atendimento aos serviços licitados.

18.4.2. A licitante detentora da melhor proposta será convocada para, no prazo de 4 (quatro) dias úteis, a contar da oficialização da convocação, efetuar a demonstração de atendimento do item aos requisitos especificados neste TR para as suas comprovações.

18.4.2.1. A oficialização da convocação para a Prova de Conceito será realizada por meio do Sistema Comprasnet em até 03 (três) dias após a data do fechamento da etapa de lances do pregão.

18.4.2.2. A prova de conceito será realizada presencialmente, em sessão pública, a ser iniciada às 08:00 horas e fechada às 16:00 horas, nas dependências do Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), SEP 516 bloco D, Lote 8, Brasília – DF e deverão ter suas aberturas divulgadas com um dia de antecedência no sistema Comprasnet.

18.4.2.3. Não serão aceitas prorrogações do prazo estabelecido para a Prova de Conceito, exceto em caso fortuito ou de força maior que comprovadamente impeça a sua participação na Prova, nesses casos, o prazo será prorrogado pelo mesmo período.

18.4.2.3.1. A licitante detentora da melhor proposta que estiver impedida de participar da Prova de Conceito pelos motivos excepcionais elencados no item 18.4.2.3 deverá formalizar, até o último dia do prazo estabelecido no item 18.4.2 deste TR, através do e-mail cpl@planejamento.gov.br, seu pleito, devidamente motivado.

18.4.2.4. A equipe técnica de elaboração da contratação deste TR, formada pelo integrante requisitante da demanda institucional e pelos seus integrantes técnicos será responsável pela condução das Provas de Conceito, **sendo soberana em suas decisões de forma fundamentada e objetiva quanto à aceitabilidade ou não da amostra**, nos termos descritos nesta seção.

18.4.2.5. A demonstração dos serviços (Prova de Conceito) consistirá dos seguintes passos (Método da Prova de Conceito):

18.4.2.5.1. A licitante detentora da melhor proposta deverá oferecer ao MP uma senha de acesso para cada uma das assinaturas a serem contratadas para simulação de pesquisas pela equipe técnica do MP.

18.4.2.5.2. Por questão de organização, serão procedidas as Provas de Conceito seguindo-se a sequência de itens estabelecida na tabela do item 1.2 deste TR.

18.4.2.5.3. Serão realizadas 05 (cinco) consultas/pesquisas a cada base de conhecimento, por meio da Rede Mundial de Dados – Internet, em sítio próprio da licitante detentora da melhor proposta, tendo como objeto quaisquer assuntos dentre os listados nas especificações dos serviços (itens 3.1.2.14 a 3.1.2.19 deste TR) escolhidos pela equipe técnica no momento da reunião.

18.4.2.5.3.1. Essas consultas/pesquisas serão efetivamente realizadas pela equipe técnica do MP e orientadas pela licitante detentora da melhor proposta em suas bases de dados (Sítios da Internet).

18.4.2.5.4. Os resultados serão objetivamente avaliados considerando-se os seguintes requisitos: a existência do resultado ou não, o seu conteúdo de acordo com os temas especificados e a quantidade de resultados obtidos, bem como a atualização desses conteúdos nos últimos 12 (doze) meses, conforme a tabela do Anexo D deste TR.

18.4.2.5.5. Serão formuladas 2 (duas) consultas sobre quaisquer dos temas listados nas especificações dos serviços (itens 3.1.2.14 a 3.1.2.19 deste TR), escolhidos no momento da reunião pela equipe técnica, para as

quais a licitante deverá responder, por meio de analistas próprios, em até 4 (quatro) dias úteis.

18.4.2.5.5.1. Essas consultas serão feitas por escrito (Anexo E) em idioma português e deverão ser respondidas também por escrito neste idioma.

18.4.2.5.5.2. Os resultados finais das consultas serão categorizados (requisito) como: consulta atendida ou consulta não atendida.

18.4.2.5.6. Uma terceira consulta será feita por meio de uma áudioconferência, na qual participarão, além do analista designado pela licitante, a equipe técnica do MP que ingressarão na conferência por meio de um número 0800 (tool-free) ou número com tarifação local. Nessa oportunidade serão formuladas duas consultas técnicas sob os temas listados nas especificações dos serviços (itens 3.1.2.14 a 3.1.2.19 deste TR).

18.4.2.5.6.1. As consultas/pesquisas que tratam o item 18.4.2.5.6 poderão ser respondidas no mesmo momento da áudioconferência ou por meio escrito, em até 02 (dois) dias.

18.4.2.5.6.1.1. As respostas serão avaliadas, quando da finalização das consultas, pela equipe do MP por meio de modelo próprio (Anexo F) que considerará os quesitos: atendimento à consulta, conteúdo e clareza.

18.4.2.5.6.1.2. Para efeito de conceituação para a Prova de Conceito ficam definidos os termos relativos ao item 18.4.2.5.6.1.1:

- a) Atendimento à consulta: atendimento telefônico (após, no máximo, duas tentativas de conexão) efetivo;
- b) Conteúdo: pertinência sobre a questão estabelecida pela equipe técnica; e
- c) Clareza: objetividade na informação, concisão.

18.4.2.5.7. A aprovação dos resultados da etapa de Prova de Conceito considerará, obrigatoriamente, o atendimento integral dos requisitos avaliados. Caso haja um único requisito não atendido, a demonstração não será aprovada.

18.4.2.5.8. A equipe condutora do processo de Prova de Conceito produzirá: ata diária da fase de demonstração e de avaliação técnica e, ao final de

todas as avaliações, um relatório de conclusão, listando os licitantes aprovados no processo de Prova de Conceito.

18.4.2.5.9. Não será aceita a proposta da licitante que tiver sua demonstração não aprovada em qualquer das etapas, que não realizar a demonstração, ou que não a realizar no prazo estabelecido neste TR, sendo então considerada como desclassificada do certame, sendo publicada no sistema Comprasnet.

18.4.2.5.9.1. A não comprovação da propriedade intelectual e direitos autorais (ou suas sessões legais) sobre as informações obtidas na Prova de Conceito ensejará a desclassificação sumária do licitante, conforme entendimento do item 9.1 deste TR.

18.4.2.5.10. Caso a licitante seja desclassificada, será convocada a licitante seguinte na ordem de classificação para a realização da Prova de Conceito, reabrindo-se os prazos estabelecidos exclusivamente para esses casos.

18.4.3. Será obrigatória a apresentação de documentação probatória de vínculo do representante da empresa licitante à sua instituição antes do início das provas de conceito.

18.4.3.1. A não apresentação da documentação referida no item 18.2 deste TR, obedecido o prazo previsto no item 18.4.2, inabilitará a licitante detentora da melhor proposta da participação da Prova de Conceito, aplicando-se à sua desclassificação o previsto no item 18.4.2.5.10 deste TR.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento de todos os acordos e disposições concernentes a legislação trabalhista vigente, relativos aos seus funcionários envolvidos na elaboração dos trabalhos.

20. APROVAÇÃO

20.1. Conforme o caput e § 6º do Art. 14 e da IN 04/2014 STI/MP, o Termo de Referência é elaborado e assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação.

20.2. A Equipe de Planejamento da Contratação apresenta este TR e encaminha, após as assinaturas de seus componentes, para a sua devida continuidade:

Integrante Requisitante:	Integrante Técnico:	Integrante Administrativo:
Márcia Mendonça Cardador	Felipe Ximenes	Deivisson Matheus Siqueira Pinheiro

De acordo. Aprovo o presente documento.

Diretor

ANEXO A - TERMO DE CIÊNCIA DA DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Contrato N°:			
Objeto:			
Contratante:			
Fiscal do Contrato:		Matr.:	
Contratada:		CNPJ:	
Preposto da		CPF:	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes na Contratante.

_____, ____ de _____ de 20____.

Ciência

CONTRATADA
Funcionários

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

ANEXO B – MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO E SIGILO

O <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º <CNPJ>, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º <CNPJ>, doravante denominada(s) CONTRATADA(S);

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º [XX/20XX](#) doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a(s) CONTRATADA(S) poderá(ão) ter acesso a informações reservadas do CONTRATANTE relacionadas ao objeto da contratação;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações reservadas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto nas normas de segurança da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela(s) CONTRATADA(S), no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e

transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a(s) CONTRATADA(S) venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes. Caberá a CONTRATANTE indicar, sempre que informações forem repassadas, a sua classificação de sigilo.

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da(s) CONTRATADA(S);
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – a(s) CONTRATADA(S) se compromete(m) a não efetuar(em) qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – a(s) CONTRATADA(S) compromete(m)-se a dar ciência e obter(em) o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATANTE sempre que enviar/publicar ou discutir informações e/ou da dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato deverá responsabilizar-se pela classificação da informação em sua origem.

I – a(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – a(s) CONTRATADA(S) obriga(m)-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – a(s) CONTRATADA(S) obriga(m)-se por si, sua(s) controladora(s), coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras

peessoas vinculadas à(s) CONTRATADA(S), direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - a(s) CONTRATADA(S), na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga(m) a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da(s) CONTRATADA(S), terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a(s) CONTRATADA(S) teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

A vigência deste TERMO independe do prazo de vigência do contrato assinado.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a(s) CONTRATADA(S), estará(ão) sujeita(s), por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a(s) CONTRATADA(S) manifesta(m) sua(s) concordância(s) no sentido de que:

- I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades presenciais da(s) CONTRATADA(S);
- II – a(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.
- III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a(s) CONTRATADA(S) não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a(s) CONTRATADA(S), serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de termo aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

_____, _____ de _____ de 20____.

<hr/> CONTRATADA	<hr/> CONTRATANTE
---------------------	----------------------

ANEXO C – MODELO DE PLANO DE TRABALHO – PT**Plano de Trabalho – PT nº ____/20__**

Projeto de TIC:		
Vínculo(s) estratégico(s)/operacional(is) de TIC		
Linhas de atuação do serviço contratado:	Acesso à base de conhecimento - () SIM () NÃO	
	Aconselhamento por analistas - () SIM () NÃO	
	Reuniões mensais - () SIM () NÃO	
	Participação em eventos - () SIM () NÃO	
Data de início do PT		
Descrição de responsabilidades (Contratada/contratante)	Contratada	Contratante
Data de suspensão do PT		
Data de reabertura do PT		
Data de fechamento do PT		

Encaminho formalmente este PT para o início de suas atividades em: ____/____/20__.

Fiscal do contrato

ANEXO D – PROVA DE CONCEITO**Pesquisa/consulta em bases de dados em sítio na Internet****Resultado da Prova**

Licitante						
Nome do representante legal da licitante						
Data e hora da prova de conceito:						
Consultas	Tema*	Questão proposta	Existe o conteúdo pesquisado	Conteúdo da resposta de acordo com o tema	Quantidade de resultados obtidos com conteúdo válido	Clareza
Consulta nº 1			() S - () N	() S - () N	() S - () N	() S - () N
Consulta nº 2			() S - () N	() S - () N	() S - () N	() S - () N
Consulta nº 3			() S - () N	() S - () N	() S - () N	() S - () N
Consulta nº 4			() S - () N	() S - () N	() S - () N	() S - () N
Consulta nº 5			() S - () N	() S - () N	() S - () N	() S - () N
Todas as Consultas foram atendidas	() S IM - () NÃO					

* Itens 3.1.2.14 a 3.1.2.19 deste TR.

Equipe de avaliação do xxxxx

Assinatura do responsável da licitante

ANEXO E – PROVA DE CONCEITO

Pesquisa/consulta por meio de analistas da Licitante

Resultado da Prova

Licitante			
Nome do representante legal da licitante			
Data e hora da prova de conceito:			
Consultas	Tema*	Questão proposta	Consulta atendida
Consulta nº 1			() S - () N
Consulta nº 2			() S - () N
Todas as Consultas foram atendidas	() SIM - () NÃO		

* Itens 3.1.2.14 a 3.1.2.19 deste TR.

Equipe de avaliação do xxxxx

Assinatura do responsável da licitante

ANEXO F – PROVA DE CONCEITO

Pesquisa/consulta por meio de analistas em áudio-conferência

Resultado da Prova

Licitante					
Nome do representante legal da licitante					
Data e hora da prova de conceito:					
Consultas	Tema*	Questão proposta	Existe o conteúdo pesquisado	Conteúdo da resposta de acordo com o tema	Clareza
Consulta nº 1			() S - () N	() S - () N	() S - () N
Consulta nº 2			() S - () N	() S - () N	() S - () N
Todas as Consultas foram atendidas	() SIM - () NÃO				

* Itens 3.1.2.14 a 3.1.2.19 deste TR.

Equipe de avaliação do xxxxx

Assinatura do responsável da licitante